

Inglese acham que acerto com bancos ainda vai demorar

EDUARDO SAN MARTIN

Correspondente

LONDRES — Os bancos credores ingleses não acreditam que o Brasil conseguirá reduzir a inflação para 2% ao mês até o fim de 1992, conforme estabelece na Carta de Intenções aprovada pelo Fundo Monetário Internacional. Sobre a renegociação da dívida privada, eles acham que o processo de detalhamento técnico do acordo se prolongará por vários meses.

— É um exagero dizer que a Inglaterra ou o Japão estão opondo mais resistência para um acordo sobre a dívida brasileira. Acontece que os bancos ingleses podem esperar mais, pois aumentaram suas provisões em anos anteriores e agora têm condições de manter um valor líquido positivo em seus livros-caixa, mesmo que ocorra uma nova queda na cotação da dívida brasileira no mercado secundário — disse um diretor do Lloyds Bank, um dos principais credores do Brasil na Grã-Bretanha.

Os bancos americanos é que estão interessados num acordo rápido, porque estão menos provisionados para absorver a dívida, disse o diretor.

Para os credores ingleses, “grande parte do problema foi encaminhado quando o Brasil retomou o pagamento do serviço da dívida”. Agora, os bancos querem negociar, sem pressa, um acordo com “bases comerciais realistas”, segundo o diretor do Lloyds: “Os bancos estão calculando os juros devidos, mas estes valores ainda não foram conferidos com o Banco Central brasileiro nem com os outros bancos para ser o tamanho real da massa da dívida. Também é preciso lembrar que uma parte desta dívida foi comprada no mercado secundário e nem todos os compradores são conhecidos dos bancos. Ou seja, o acerto dos números da fórmula do acordo pode demorar vários meses”.

Já os analistas da City, querem observar mais o desempenho da economia brasileira no contexto da América Latina, conforme comentou um corretor do mercado secundário da dívida: “O Brasil corre o risco de ficar para trás em relação à Argentina, que começou a negociar depois e já se organizou internamente. No momento, é mais fácil acreditar que a Argentina — e não o Brasil — vai cumprir os termos de uma renegociação”.